

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

1 Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sob a presidência da
3 conselheira Josiani Severino dos Santos Nogueira. Registraram presença os(as)
4 conselheiros(as) Cláudio Márcio de Melo, Adriana Aparecida dos Santos, Claudia
5 Lanzone, Carolina Favaro, Ana Cristina Gois Fuentes, Josiani Severino dos Santos
6 Nogueira, Poliana de Paula Amâncio, Gleycielle Tamires Kawana dos Santos, Luciana
7 dos Santos, Fernanda de Mello Nogueira, Cássia Talita Terciotti Moretti, Luciana dos
8 Santos Coronato, Aline Índio do Brasil, Danielle Godoi A. Rodrigues, Isabela de Barros
9 Vilas Boas, Neverton Noia da Silva, Andressa Prudêncio da Silva, Lygia Mariane
10 Bordonal, Daniel Soares da Silva, Denise Maria Fank de Almeida, Vanderley Pires, Rita
11 de Cássia Lemos Barboza, Luigy Fernando Campos da Silva, Carlos da Silva e Cleide
12 Oberle. Também participaram como convidados(as) Maria Halbrunsti, representante da
13 UEL, André Luiz Barbosa, representante do MPSR, Karen Delmiro, Carla R. Silva
14 Campos, Ana Flávia Mendes, Amanda Farias Teixeira, Bruna P. N. Gomes, Tayna
15 Fernandes Reis, Alexsandro Carvalho, representante do Fora de Serviço, Isabel Cristina
16 G. Moreira Patrício, Geovana dos Santos Júlia e Joanne de Araújo. A Presidente declarou
17 aberta a reunião e informou que, inicialmente, ainda não havia quórum para algumas
18 matérias, mas que os trabalhos seriam iniciados e, caso necessário, seriam antecipados os
19 relatos, de modo a otimizar o tempo da reunião. Em seguida, apresentou a proposta de
20 pauta, composta pelos seguintes itens: 1- Apresentação e aprovação da pauta; 2-
21 Aprovação da ata da reunião realizada em 08/07/2026; 3- Apresentação e deliberação
22 sobre a proposta de execução de saldo remanescente da Proteção Social Especial; 4-
23 Apresentação e deliberação da prestação de contas da execução dos recursos provenientes
24 de Emenda Parlamentar; 5- Apresentação e deliberação sobre a ratificação da Resolução
25 nº 053/2026, aprovada ad referendum; 6- Relatos: a) participação no evento “A Proteção
26 Assistencial e o Acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC”, realizado em
27 Ponta Grossa; b) Comissões de Acompanhamento, Audiência Pública e Fundo; c) Mesa
28 Diretora, incluindo a apresentação da resposta da SMAS sobre a execução orçamentária
29 do exercício de 2025, a resposta do MDS sobre a nota de repúdio referente à Instrução

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 Normativa SAGICAD nº 21/2026, a comunicação da Secretaria Municipal de Defesa
31 Social sobre o reforço do patrulhamento no entorno do Acolhimento Institucional para
32 Adultos, o recebimento do Ofício Conjunto da Defensoria Pública e do Ministério Público
33 acerca da política de atendimento à população em situação de rua e das providências
34 solicitadas ao Município, a apresentação da resposta da SMAS sobre a elaboração da
35 proposta orçamentária da LOA 2027; e d) Relato de Usuários; 7- Informes, referentes ao
36 convite do CEAS/PR para a Reunião Regional Sul do CNAS e às orientações do
37 CEAS/PR sobre os atrasos na concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC. A
38 pauta foi submetida à votação, registrando-se uma abstenção e nenhum voto contrário,
39 sendo aprovada. Na sequência, a ata da reunião ordinária realizada em 08 de julho de
40 2026 foi submetida à apreciação da plenária, tendo sido aprovada, registrando-se uma
41 abstenção. Em seguida, passou-se aos relatos sobre a participação no evento “A Proteção
42 Assistencial e o Acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC”, realizado em
43 Ponta Grossa, com participação das conselheiras Adriana Aparecida dos Santos e Rita de
44 Cássia Lemos Barboza, além de Paulo Aragão e Solange Aparecida de Oliveira. Adriana
45 relatou que o evento contou com representantes do Ministério do Desenvolvimento e
46 Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, do Poder Judiciário, da Defensoria
47 Pública e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, tendo sido debatidas as
48 dificuldades de acesso ao BPC, o aumento da judicialização, os cancelamentos, bloqueios
49 e revisões de benefícios, bem como a redução da estrutura do INSS e as dificuldades
50 enfrentadas pelos profissionais para atender à demanda. Relatou que houve divergência
51 entre as posições apresentadas pelo MDS e pelo Judiciário quanto às medidas adotadas
52 para revisão dos benefícios e quanto aos impactos das novas regulamentações sobre o
53 acesso ao BPC. Também destacou a preocupação com a possibilidade de transferência de
54 parte dos requerimentos do BPC para as unidades do SUAS, diante da atual insuficiência
55 de estrutura e de equipes nos CRAS e CREAS. Rita complementou o relato, destacando
56 que os representantes de Londrina presentes no evento participaram ativamente dos
57 debates e levaram à discussão as dificuldades enfrentadas pelo Município, especialmente
58 em relação ao Cadastro Único, aos cortes de recursos e à insuficiência de estrutura para

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

59 atender às famílias. Relatou ainda preocupações quanto à avaliação de pessoas com
60 deficiência invisível, dores crônicas e fibromialgia, bem como quanto à valorização do
61 Cadastro Único como instrumento de informação para análise dos benefícios. As
62 conselheiras destacaram que o evento foi importante para ampliar o conhecimento sobre
63 a situação do BPC e do atendimento realizado pelo INSS, embora tenham apontado que
64 algumas questões permaneceram sem resposta. Durante os debates, o conselheiro Carlos
65 da Silva questionou qual seria o papel do Ministério Público e das demais instituições de
66 defesa de direitos diante das dificuldades relatadas, tendo sido discutida a necessidade de
67 fortalecer os mecanismos de defesa dos usuários. Na sequência, passou-se à apresentação
68 da prestação de contas dos recursos provenientes de emendas parlamentares, apresentada
69 por Tatiana de Oliveira Stechi da Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência
70 Social. Foi informado que foram analisadas três emendas parlamentares, sendo duas com
71 saldos remanescentes de pequeno valor, destinados à devolução, e uma terceira, de autoria
72 do Deputado Felipe Barros, com saldo remanescente mais significativo, cuja utilização
73 foi objeto de consulta ao Fundo Nacional de Assistência Social. Em relação às emendas
74 destinadas à OSC MMA e à Casa do Caminho, foram apresentados os valores
75 remanescentes de R\$ 317,36 e R\$ 819,68, respectivamente, decorrentes dos rendimentos
76 dos recursos durante o período de execução das parcerias, sendo informado que os
77 procedimentos para encerramento das respectivas fontes e devolução dos saldos seriam
78 realizados conforme orientação do Fundo Nacional. Quanto à emenda parlamentar de
79 autoria do Deputado Felipe Barros, foi informado que o recurso, inicialmente no valor de
80 R\$ 480.000,00, foi destinado ao Asilo São Vicente de Paulo, à Casa do Bom Samaritano
81 e ao SOS, tendo sido executadas as respectivas parcerias, permanecendo saldo
82 remanescente de R\$ 51.799,46, acrescido dos rendimentos até a efetiva transferência dos
83 recursos. Foi apresentada proposta de utilização desse saldo para os serviços de
84 acolhimento institucional para adultos do sexo masculino executados pelo SOS e pela
85 MMA, mediante divisão de 50% para cada organização, com aplicação em despesas de
86 custeio relacionadas a cama, mesa e banho, tais como lençóis, travesseiros, fronhas,
87 cortinas e toalhas, visando aprimorar as condições de oferta dos serviços. Foi esclarecido

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

88 que a utilização do saldo depende de autorização do Fundo Nacional, sendo necessária a
89 manifestação favorável do CMAS para posterior encaminhamento do pedido ao
90 Ministério. Após os esclarecimentos, a prestação de contas das três emendas
91 parlamentares foi submetida à votação e aprovada. Na sequência, foi submetida à
92 apreciação a proposta de utilização do saldo remanescente da emenda parlamentar de
93 Felipe Barros, acrescido dos rendimentos até a data do repasse, para os serviços de
94 acolhimento institucional para adultos do sexo masculino executados pela MMA e pelo
95 SOS, dividindo-se o valor igualmente entre as duas organizações. A proposta foi aprovada
96 pela plenária, ficando condicionada à análise e autorização do Fundo Nacional de
97 Assistência Social. Foi esclarecido que, caso haja qualquer alteração substancial na
98 proposta ou necessidade de readequação, a matéria deverá retornar ao Conselho para nova
99 apreciação. Na sequência, foi apresentada a situação referente à adesão ao Serviço de
100 Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, tendo sido esclarecido
101 que, diante das orientações recebidas no âmbito do grupo municipal responsável pelo
102 planejamento e preparação para situações de emergência e das previsões meteorológicas
103 relacionadas ao período, a Secretaria Municipal de Assistência Social realizou, de forma
104 emergencial, a adesão ao Termo de Aceite disponibilizado pelo Governo Federal, com o
105 objetivo de deixar previamente organizados os procedimentos necessários para eventual
106 acesso ao cofinanciamento federal em situações de calamidade ou emergência. Foi
107 informado que o Termo de Aceite estabelece responsabilidades para o Município quanto
108 à oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências,
109 incluindo acolhimento temporário, identificação de perdas e danos, cadastramento da
110 população atingida, articulação da rede de políticas públicas e acesso a benefícios
111 eventuais. O documento possui vigência de cinco anos e permite a solicitação de
112 cofinanciamento federal quando atendidos os requisitos previstos na legislação. Foi
113 esclarecido que a adesão havia sido realizada previamente, em razão da necessidade de
114 não aguardar a reunião ordinária diante da possibilidade de ocorrência de situação de
115 emergência, sendo apresentada à plenária para ratificação da Resolução nº 053/2026,
116 aprovada ad referendum. Durante a discussão, os conselheiros questionaram a estrutura

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 de prevenção e resposta do Município diante de eventuais situações de calamidade,
118 especialmente considerando experiências anteriores, como o vendaval ocorrido no
119 território Vista Bela, que provocou danos em residências e evidenciou dificuldades de
120 atendimento imediato às famílias atingidas. Foi informado que a Defesa Civil possui
121 mapeamento atualizado das áreas de risco do Município e que está sendo elaborado,
122 conjuntamente com as Secretarias Municipais, um plano de contingência e um fluxo
123 interno para atuação da política de assistência social em situações de emergência e
124 calamidade. Foi esclarecido que, após a conclusão desse trabalho, a proposta será
125 apresentada ao CMAS. A plenária destacou a importância de que o planejamento
126 considere não apenas situações de grande abrangência, mas também ocorrências
127 localizadas que possam produzir impactos significativos sobre famílias em situação de
128 vulnerabilidade. Após os esclarecimentos, a ratificação da Resolução nº 053/2026 foi
129 submetida à votação, sendo aprovada, registrando-se uma abstenção. Em seguida, passou-
130 se aos relatos das Comissões e às discussões relacionadas ao Cadastro Único.
131 Inicialmente, a conselheira Carla apresentou manifestação acerca de questionamentos
132 anteriormente realizados sobre o edital de chamamento público para execução das
133 atividades do Cadastro Único, especialmente quanto à possibilidade de contratação de
134 profissionais como pessoa jurídica ou Microempreendedor Individual – MEI, bem como
135 quanto à ausência de resposta a questionamentos formulados anteriormente e à
136 dificuldade de acesso à gravação de reunião anterior. A Presidente esclareceu que as
137 gravações anteriormente realizadas pelo Conselho eram armazenadas em aparelho celular
138 com capacidade limitada e, após a aprovação das respectivas atas, eram excluídas para
139 possibilitar novas gravações. Informou, contudo, que atualmente está sendo utilizada
140 plataforma de gravação em nuvem, embora ainda existam limitações relacionadas ao
141 tamanho dos arquivos para compartilhamento. Diante dessa discussão a conselheira Ana
142 Cristina manifesta que é de extrema importância que o debate sobre a estruturação do
143 CMAS volte a pauta, sobretudo, no que se refere à equipamentos mais eficientes de
144 registro das reuniões, uma vez que as pessoas que desejarem devem ter acesso, sem
145 constrangimentos, às gravações das reuniões, sendo essa uma medida de transparência

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

146 importante que resguarda o trabalho do Conselho e os próprios conselheiros. Quanto à
147 questão da contratação dos profissionais do Cadastro Único, informou que a Mesa
148 Diretora deliberou pela realização de consulta formal à Procuradoria-Geral do Município
149 – PGM, a fim de esclarecer se o CMAS possui competência para estabelecer ou
150 determinar a forma de contratação dos profissionais que atuarão na execução do serviço.
151 Foi esclarecido que a PGM possui prazo para manifestação e que, tão logo seja recebida
152 a resposta, o assunto será novamente apresentado ao Conselho. Durante os debates, os
153 conselheiros discutiram a necessidade de profissionalização e valorização dos
154 trabalhadores do SUAS, a autonomia das organizações da sociedade civil para definir sua
155 forma de contratação e, ao mesmo tempo, a necessidade de que os instrumentos de
156 parceria observem os princípios e diretrizes da política de assistência social. Foi
157 ressaltado que a discussão realizada anteriormente no Conselho acerca da contratação por
158 MEI não constituiu deliberação formal, justamente porque ainda não havia segurança
159 quanto à competência legal do Conselho para estabelecer tal exigência. Também foi
160 discutida a necessidade de que, para futuros editais e instrumentos de parceria, sejam
161 avaliados critérios gerais que diferenciem serviços profissionais diretamente vinculados
162 à execução da política de assistência social de serviços acessórios que podem ser
163 contratados por outras modalidades. Os conselheiros destacaram ainda a necessidade de
164 continuidade e municipalização do Cadastro Único, considerando que a interrupção ou
165 troca frequente das equipes pode prejudicar a qualidade do atendimento aos usuários. Foi
166 informado que o Cadastro Único estava em processo de transição entre contratos, com
167 recomposição gradual das equipes e continuidade dos atendimentos, embora em
168 quantidade reduzida durante o período de transição. Ao final da discussão, ficou
169 encaminhado que o Conselho aguardará a manifestação da Procuradoria-Geral do
170 Município para, a partir dela, definir os próximos encaminhamentos. Na sequência, Ana
171 Maria apresentou o relato da Comissão de Acompanhamento. Inicialmente, informou que
172 a comissão havia acompanhado a situação do INAVIVA INSTITUTO INABRASIL,
173 instituição vinculada à Igreja Nova Aliança, cuja a manutenção do registro na área de
174 garantia de defesa de direitos havia sido aprovada anteriormente com ressalvas, tendo

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

175 sido realizada reunião com a instituição para esclarecimento e orientação quanto à
176 necessidade de manutenção de profissional técnico contratado de forma contínua,
177 conforme exigências normativas. Após análise da situação, a instituição informou ao
178 Conselho que não teria condições de contratar o profissional exigido e solicitou o
179 cancelamento de sua inscrição na área de garantia de defesa de direitos. Foi esclarecido
180 que a instituição poderá continuar desenvolvendo suas atividades, porém, sem o registro
181 no CMAS como oferta da política pública de assistência social. A solicitação de
182 cancelamento do registro foi submetida à apreciação da plenária e aprovada. Em relação
183 à manutenção do registro da instituição Solidariedade Sempre, foi informado que a
184 comissão realizou análise da documentação, reunião com representantes da instituição e
185 visita para esclarecimento das dificuldades encontradas na sistematização das
186 informações referentes às atividades desenvolvidas. Foram realizadas orientações quanto
187 à organização dos cronogramas, à caracterização das atividades de Serviço de
188 Convivência e Fortalecimento de Vínculos e à forma de apresentação das ações nos
189 relatórios e planos de trabalho. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do
190 registro, com ressalva de realização de nova visita e acompanhamento após três meses,
191 para verificar a adoção das orientações apresentadas. A renovação da inscrição da
192 instituição Solidariedade Sempre foi submetida à votação e aprovada com a ressalva do
193 acompanhamento pela comissão no prazo de três meses. Na sequência, foram
194 apresentados informes da Comissão de Inscrição acerca dos processos das OSC-
195 ADECOL, Geração Integrar e Instituto Orar. Foi informado que essas organizações
196 permanecem em processo de análise e que foram realizadas reuniões, visitas e orientações
197 para adequação dos planos de ação e demais documentos às normativas da política de
198 assistência social. Em relação à ADECOL, aguardava-se a apresentação de novo plano de
199 ação com as adequações solicitadas. Quanto à Geração Integrar, foram realizadas
200 orientações para delimitação das ações relacionadas à política de assistência social,
201 considerando que parte das atividades apresentadas estava relacionada às áreas da saúde
202 e educação. Em relação ao Instituto Orar, foi relatada visita realizada pela comissão, tendo
203 sido identificada a necessidade de adequações na forma de apresentação das atividades e

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

204 maior delimitação da atuação relacionada à política de assistência social, considerando
205 que a organização desenvolve principalmente atividades relacionadas a banco de
206 alimentos e segurança alimentar. Foi esclarecido que a comissão continuaria prestando
207 orientação às organizações, aguardando as respectivas devolutivas para posterior
208 apreciação pelo Conselho. Durante a discussão, foi destacada a importância de orientar
209 as organizações da sociedade civil que pretendem ingressar na política de assistência
210 social, especialmente quanto às exigências administrativas, técnicas e de prestação de
211 contas, evitando que instituições assumam serviços sem estrutura suficiente para sua
212 continuidade. Também foi ressaltada a importância de ampliar o número de organizações
213 qualificadas para execução dos serviços socioassistenciais, considerando a atual
214 capacidade limitada do Município para absorver diretamente todas as ofertas. O
215 Secretário Municipal de Assistência Social, Cláudio Márcio de Melo, destacou a
216 importância do trabalho de orientação realizado pelo Conselho e pela Secretaria, bem
217 como a necessidade de apoiar as organizações interessadas em atuar na política de
218 assistência social, especialmente aquelas que demonstram interesse em atender demandas
219 relacionadas à população em situação de rua e à segurança alimentar. Em seguida, a
220 Presidente informou que, em razão da quantidade de documentos e relatos previstos na
221 pauta, parte dos materiais e informes da Mesa Diretora seria encaminhada aos
222 conselheiros para ciência, evitando a leitura integral durante a plenária. Foi destacado,
223 dentre os documentos encaminhados, o Ofício da Defensoria Pública e Ministério
224 Público, encaminhado ao Conselho, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao
225 Prefeito, contendo recomendações relacionadas à política de atendimento à população em
226 situação de rua. A Presidente informou que o documento possui dezenove páginas e que
227 seu conteúdo foi disponibilizado aos conselheiros, ficando a análise detalhada para
228 momento oportuno, especialmente após o recebimento da resposta do Poder Executivo.
229 Foi destacado que, entre as recomendações apresentadas, consta a necessidade de
230 retomada de oferta relacionada à alimentação e higiene para pessoas em situação de rua,
231 em formato a ser posteriormente definido. Na sequência, passou-se ao relato da Comissão
232 de Audiência Pública. Selma informou que a comissão já havia iniciado a organização da

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

233 audiência pública anual do CMAS, cujo objetivo será apresentar as ofertas da rede
234 socioassistencial e avaliar sua cobertura, condições de trabalho e capacidade de
235 atendimento. Foi proposta a realização da audiência no dia 11 de novembro de 2026, data
236 que coincidiria com a reunião plenária ordinária, ficando a proposta de substituição da
237 plenária pela audiência pública para aquela data. Quanto ao local, foram discutidas as
238 possibilidades de realização na Cáritas, no Colégio Marista/Irmão Acácio ou na Guarda
239 Mirim, considerando capacidade, acessibilidade territorial, estrutura e condições de
240 acolhimento dos usuários. Os conselheiros destacaram a necessidade de escolher local de
241 fácil acesso aos usuários de diferentes territórios e que permita a participação de famílias
242 com crianças, bem como capacidade para aproximadamente 250 pessoas. Também foi
243 discutido o horário da audiência, tendo prevalecido a compreensão de que o período da
244 tarde seria mais adequado para favorecer a participação dos usuários, especialmente
245 considerando as dificuldades de deslocamento no período noturno. Foi indicada a Guarda
246 Mirim como espaço com maior capacidade e condições para acolhimento das atividades.
247 Ficou encaminhado que a audiência pública será presencial, no dia 11 de novembro de
248 2026, no horário das 13:30hs às 17:00hs na sede da Guarda Mirim de Londrina. A
249 comissão, ajustará a metodologia e demais detalhes serão apresentados em próxima
250 reunião. Também foi ressaltada a possibilidade de buscar meios de transporte para
251 facilitar a participação dos usuários provenientes dos diferentes territórios. Na sequência,
252 foram apresentados os informes do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR
253 e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Foi informado que nos dias 27 e
254 28 de agosto de 2026 será realizada Reunião Regional Sul do CNAS, em formato on-line,
255 sendo disponibilizado o respectivo link para inscrição dos interessados. Foi destacado que
256 a atividade representa oportunidade de participação e conhecimento das discussões
257 regionais relacionadas à política de assistência social. Também foi apresentada a resposta
258 do Conselho Nacional à manifestação encaminhada pelo CMAS acerca dos atrasos na
259 concessão do BPC e das dificuldades de atendimento pelo INSS. Conforme informado, a
260 orientação é que os usuários registrem reclamações junto às ouvidorias do INSS e do
261 MDS e, quando necessário, procurem a Defensoria Pública da União – DPU. Foi discutida



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

262 a importância de divulgar essas orientações aos usuários, especialmente diante dos casos
263 de suspensão ou atraso do BPC e das dificuldades relacionadas ao Cadastro Único e aos
264 canais de atendimento. Foi ressaltado que os usuários que já possuem processos judiciais
265 em andamento também poderão buscar orientação junto à Defensoria Pública da União.
266 A Presidente informou que os demais informes e documentos previstos na pauta,
267 especialmente os relacionados à Mesa Diretora, foram encaminhados aos conselheiros
268 para ciência, incluindo a resposta da Secretaria Municipal de Assistência Social sobre a
269 execução orçamentária de 2025, a resposta do MDS referente à nota de repúdio sobre a
270 Instrução Normativa SAGICAD nº 21/2026, a comunicação da Secretaria Municipal de
271 Defesa Social sobre o reforço do patrulhamento no entorno do Acolhimento Institucional
272 para Adultos, o Ofício Conjunto da Defensoria Pública e do Ministério Público sobre a
273 política de atendimento à população em situação de rua e as providências solicitadas ao
274 Município, bem como a resposta da SMAS sobre a elaboração da proposta orçamentária
275 da LOA 2027, ficando os conselheiros orientados a tomar ciência dos documentos e,
276 havendo necessidade, apresentar questionamentos ou solicitar sua inclusão em pauta para
277 discussão posterior. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de
278 todos e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Ana Cristina Góis Fuentes, lavrei a
279 presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e demais
280 conselheiros presentes.